



[pt](#) Reflexão Anti-Capitalismo Anti-Colonialismo Anti-Heteropatriarcado

Colonialismo, governação e a história: porque a ignorância arrogante recusa dialogar com o Sul global

Alice Comenta

Nos seus últimos trabalhos Boaventura de Sousa Santos tem dedicado especial atenção aos sentidos da ignorância, identificando duas vertentes. De um lado, a douda ignorância, uma ignorância que espelha a(...)

Por Maria Paula Meneses



[en](#) Reflection Anti-Capitalism Anti-Colonialism Anti-Heteropatrarchy

Frontex comes to Portugal: the new role of the European Maritime Safety Agency in Lisbon for border surveillance

DeOthering

Este artigo é parte de uma série de publicações de autoria da equipa de investigação do projeto DeOthering, publicado no Alice News com cadência mensal.

By Jörg Nowak



[pt](#) Reflexão Anti-Capitalismo Anti-Colonialismo Anti-Heteropatriarcado

Democracia é saúde

Alice Comenta

A luta pela saúde e pela dignidade humana, pela inclusão, pela democracia e pela justiça social está hoje na linha da frente do combate ao desmonte neoliberal das políticas públicas e a todas as formas de(...)

Por João Arriscado Nunes



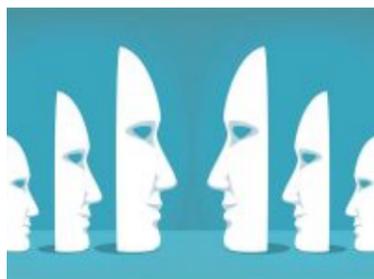
[pt](#) Reflexão Anti-Capitalismo Anti-Colonialismo Anti-Heteropatriarcado

O Sistema de Justiça brasileiro “tem como política a blindagem das elites e a criminalização dos pobres”

Entrevista com Luciana Zaffalon

Em entrevista a Jessica Carvalho Morris, Luciana Zaffalon, ativista de direitos humanos, formada em direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, mestra e doutora em administração pública e governo(...)

Por Jessica Morris, Luciana Zaffalon Leme Cardoso



[pt](#) Reflexão Anti-Capitalismo Anti-Colonialismo Anti-Heteropatriarcado

A força da democracia, ou a densidade dos corpos em protesto

Alice Comenta

Num mundo dominado pela obsessão da pós-verdade e pela presença esmagadora das redes sociais virtuais na produção e receção de factos e eventos políticos, muitos autores neoliberais interrogam-se sobre a(...)

Por José Manuel Mendes



[en](#) Reflection Anti-Capitalism Anti-Colonialism Anti-Heteropatrarchy

Tayybeh. A blessing for the World Refugee Day Migrating Rights

This text is part of the series ?Migrating Rights? aimed at celebrating the 70th Anniversary of the Universal Declaration of Human Rights, all the while honouring the World Refugee Day. These contributions are(...)

By Sílvia Leiria Viegas



Memória, Patrimônio, Colonialismo e Anti-Racismo

Alice Comenta

O título desta breve reflexão é também o tema dum evento tão importante como criativo e atual. Trata-se de uma oficina da Universidade Popular dos Movimentos Sociais (UPMS), uma iniciativa da sociedade civil, que(...)

Por Cristiano Gianolla

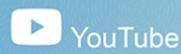
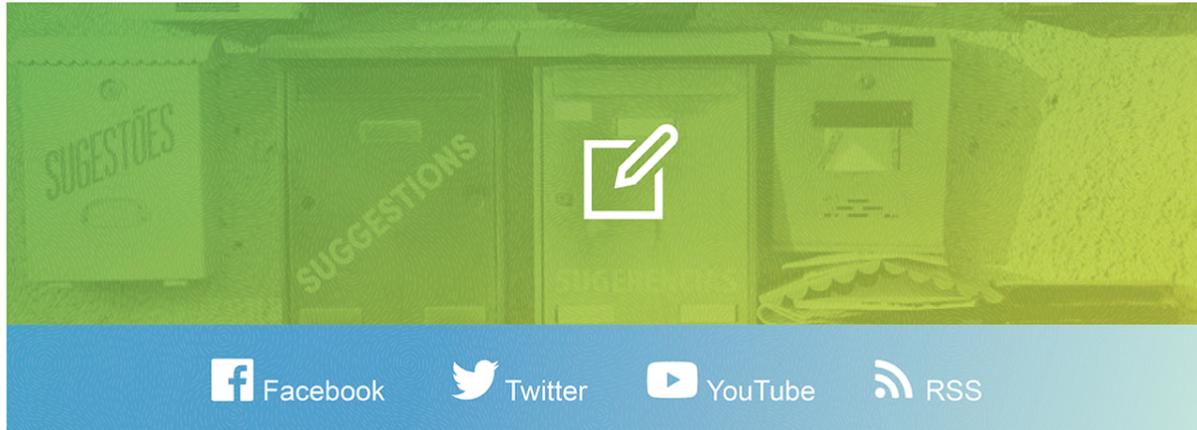


Fascismo no século XXI? Sim senhores

Héctor Mondragón

Frente a onda internacional de crescimento e sucessos dos movimentos políticos e sociais de ultradireita, é necessário se questionar se estamos às portas do surgimento de uma serie de regímenes fascistas em(...)

Por Héctor Mondragón



Centro de Estudos Sociais Tel +351 239 855 570
Colégio de S. Jerónimo Fax +351 239 855 589
Apartado 3087
3000-995 Coimbra, Portugal alicenews@ces.uc.pt



Conteúdos originais licenciados CC BY-SA 4.0 | conteúdos não identificado como original licenciados de acordo com a fonte.
Contenidos originales licencia CC BY-SA 4.0 | contenidos no identificado como original licenciados según la fuente.
Original contents licesed CC BY-SA 4.0 | contents not identified as original licensed according to the source.

You received this message because you are subscribed to the Alice News Newsletter. If you do not want to receive it again, [click here](#).

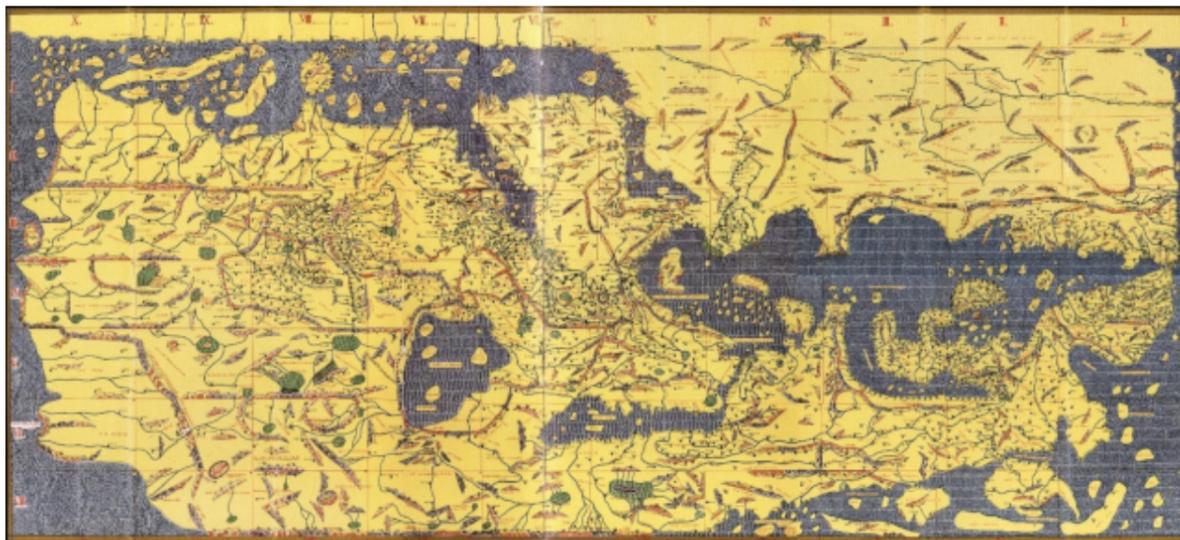
Colonialismo, governação e a história: porque a ignorância arrogante recusa dialogar com o Sul global

AN Original - Alice Comenta

2019-07-16

Por Maria Paula Meneses

Nos seus últimos trabalhos Boaventura de Sousa Santos tem dedicado especial atenção aos sentidos da ignorância, identificando duas vertentes. De um lado, a doura ignorância, uma ignorância que espelha a inesgotável diversidade da experiência humana e dos saberes que lhe estão associados. É esta ignorância que estimula os diálogos interculturais e interpolíticos que permitem aprofundar a condição democrática. Do outro lado existe uma ignorância arrogante, que se assume como detentora do monopólio do conhecimento dominante, que é o único a que reconhece como critério de verdade. As verdades que não cabem nesta verdade monopolizadora não são reconhecidas, tal como não se reconhecem os saberes e as experiências dos povos e comunidades que as produzem.



'Tabula Rogeriana' ou Mapa de Muhammad al-Idrisi, criado para o rei da Sicília, Rogério II, em 1154. Neste mapa o 'Sul' está colocado na parte de cima do mapa, numa perspetiva distinta da cartografia moderna eurocêntrica.

O conhecimento colonial em que assenta o saber do Norte global procurou sobretudo a partir do séc. XIX, consagrar o seu saber como único com carácter global, assumindo uma posição de ignorância arrogante. É esta razão ignorante que (re)produz estereótipos raciais e insiste numa matriz hierarquicamente arrogante na interpretação da relação com a alteridade. A expressão desta ignorância arrogante tem vindo a ressurgir em vários contextos intelectuais do Norte global, insistindo que os outros ou não têm saberes ou, se os detêm, estes possuem um mero valor local ou regional. São exemplos desta razão arrogante a tentativa do controlo da história, procurando determinar identidades, representações e instituições. Qualquer projeto histórico nacional reflete um projeto político, espelho das relações de poder que o conformam. Buscam, no sentido da historiografia moderna, estabelecer uma narrativa crível que enquadre e legitime as opções tomadas em nome da nação e de suas instituições, num jogo entre as raízes, as tradições e as opções do futuro, a utopias que nos guiam. Neste contexto, e como Hannah Arendt sublinhou, a política é um campo no qual qualquer verdade é esticada, selecionada e relativizada, longe de expressar a totalidade de qualquer evento de forma perfeita. Ou seja, qualquer ignorância é-o em relação a um determinado tipo de conhecimento, e todo conhecimento busca superar uma dada ignorância particular.

Uma das características comuns aos impérios coloniais britânico, espanhol, português, francês, otomano ou americano, fruto da razão arrogante, é o pensamento abissal. O pensamento colonial do Norte global agiu como uma "missão civilizadora" prática e, em paralelo, como uma ideologia com raízes numa

epistemologia gerada pela racionalidade moderna. No centro deste projeto estava e continua a estar a tentativa de impor e legitimar a dominação e exploração dos sujeitos colonizados. Essa racionalidade, vigente do lado imperial do mundo, insistiu em garantir direito a seres racionais esclarecidos, como o direito de governar a libertação dos colonizados da situação de 'ignorância' e atraso em que supostamente se encontravam; em paralelo, do outro lado da linha abissal, produziu sujeitos coloniais, à espera de serem resgatados de seu jugo histórico de atraso e barbárie. No espaço colonial português, por exemplo, este projeto ideológico e político traduziu-se na criação do 'indígena' como desprovido de passado, de saberes. Em suma, num não-ser. Este modo de governar os territórios coloniais, como analisado por Mahmood Mamdani, deu origem a um estado bifurcado, onde a administração colonial procurava incorporar, de forma forçada, os 'indígenas' numa ordem tribal tradicional. Neste processo, as normas 'locais' foram cristalizadas em formas de 'direito consuetudinário' de grupos etno-tribais, cujas lideranças concentravam o poder administrativo, judicial e executivo.

As normas, traduzidas agora em 'costumes étnicos', foram moldadas para acentuar o quanto o mundo indígena não condizia com o mundo metropolitano, civilizado. Enquanto parte do outro lado da linha abissal, não poderiam servir de base para uma experiência comum de cidadania. A aplicação desse projeto político espelha a complexa relação entre uma administração estatal moderna, de matriz colonial, e os costumes locais.

A administração colonial funcionou principalmente através do reconhecimento, pelo Estado colonial, de autoridades tão diversas quanto as autoridades tribais/étnicas, e da incorporação dessas autoridades na estrutura administrativa moderna, oficial. Através da linguagem jurídica, inerente à administração moderna, e das representações e informações por esta fornecida, vai-se conformar a imagem do 'mundo colonial'. E é este saber colonial, que ainda hoje se mantém nos arquivos e bibliotecas do Norte global, reproduzindo estereótipos sobre o Sul global.

Em suma, para governar de maneira efetiva e sustentável as colônias, os Estados coloniais aplicaram metodicamente um modelo político-cultural hierárquico, patriarcal e autoritário, ainda presente nos dias que correm. Com efeito, a diversidade socio-legal existente foi, em larga medida, substituída por um sistema de justiça moderna monolegal, onde a estrutura legal funcionava como uma linguagem universal de governação. Como destaca Achille Mbembe, a prática política colonial assentou na desapropriação, um processo que integrou procedimentos jurídicos e económicos que levam à expropriação material dos sujeitos coloniais, e que exigiu uma experiência singular de sujeição política e ontológica, que gerou um estado de máxima exterioridade e empobrecimento epistémico.

Esta avaliação crítica é fundamental para explicar como e porquê a realidade africana é frequentemente retratada como um espaço periférico, formado por falhas políticas e culturais abissais. No entanto, uma leitura detalhada das trajetórias académicas que promovem tais posições revela que a relação centro-periferia é um reflexo de uma construção social e política de uma relação hierárquica de alteridade. Como inúmeros autores têm vindo a destacar, o eurocentrismo é um modo de pensar binário que constrói e promove uma identidade europeia, moderna e civilizada, justapondo-a a um habitante colonizado, subdesenvolvido, tradicional e bárbaro, habitante dos territórios periféricos. Neste sentido, a periferia é acima de tudo um exercício na criação de um lugar de exceção - inventado por um centro. A partir desta relação de poder-conhecimento, a Europa autorizou-se a categorizar o 'resto' do mundo como periférico face ao curso da 'sua' história. Os conceitos eurocêntricos que permeiam as ciências sociais e humanas, a linearidade da narrativa teleológica do progresso em direção à civilização, impedem o reconhecimento dos sujeitos não-eurocêntricos, com conhecimento, produzindo teorias. O resultado desta operação é a transformação do projeto político europeu numa trajetória histórica supostamente universal.

Porém, qualquer história tem sempre vários ângulos de análise. A chegada de outras análises históricas às academias do Norte tem vindo a gerar muito desconforto entre intelectuais que insistem em aplicar as lentes colonizadoras ao estudo da humanidade. A descolonização, enquanto processo de aprofundamento democrático, requer, como Boaventura de Sousa Santos propõe, o direito de ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; e o direito de ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza. Daí a necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não produza, alimente ou reproduza desigualdades. Ou seja, do direito à história no plural, feitas pelos sujeitos da história, em rede, uma condição fundamental para conhecer o Sul global a partir do Sul global, e que traz consigo o fim de qualquer história única.



Maria Paula Meneses é investigadora coordenadora do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, integrando o núcleo de estudos sobre Democracia, Cidadania e Direito (DECIDE). É doutorada em antropologia pela Universidade de Rutgers (EUA) e Mestre em História pela Universidade de S. Petersburgo (Rússia). Lecciona em vários programas de doutoramento do CES, sendo co-coordenadora do programa de doutoramento em 'Pós-colonialismos e cidadania global'. Co-coordena com Boaventura de Sousa Santos (CES) e Karina Bidaseca (CLACSO) o curso interbaccional 'Epistemologias do Sul' (CLACSO-CES). Anteriormente foi Professora da Universidade Eduardo Mondlane (Moçambique). De entre os temas de investigação sobre os quais se debruça destacam-se os debates pós-coloniais em contexto africano, o pluralismo jurídico - com especial ênfase para as relações entre o Estado e as 'autoridades tradicionais'

no contexto africano -, e o papel da história oficial, da(s) memória(s) e de 'outras' narrativas de pertença nos processos identitários contemporâneos. Participou em inúmeros projectos de investigação, coordenando atualmente uma pesquisa sobre as relações afetivas durante a guerra. Organizou e publicou vários livros e artigos. A sua mais recente publicação é 'Mozambique on the Move. Challenges and Reflections' (Brill, 2018), organizada com Sheila P. Khan e Bjorn Bertelsen. Entre outros trabalhos é de referir 'As Guerras de Libertação e os Sonhos Coloniais' (com Bruno Sena Martins, Almedina, 2013), as 'Epistemologias do Sul' (com Boaventura de Sousa Santos, Almedina, 2009, 2011; Cortez, 2010 e Alkal, 2014), 'O Direito Por Fora do Direito: As Instâncias Extra-Judiciais de Resolução de Conflitos em Luanda, Angola' (com Júlio Lopes, Almedina, 2012). Tem o seu trabalho publicado em diversos países, incluindo Moçambique, Espanha, Portugal, Brasil, Senegal, Estados Unidos, Inglaterra, Argentina, Alemanha, Holanda e Colômbia.



Conteúdos originais licenciados CC BY-SA 4.0 | conteúdos não identificado como original licenciados de acordo com a fonte.
Contenidos originales licencia CC BY-SA 4.0 | contenidos no identificado como original licenciados según la fuente.
Original contents licesed CC BY-SA 4.0 | contents not identified as original licensed according to the source.

Frontex comes to Portugal: the new role of the European Maritime Safety Agency in Lisbon for border surveillance

AN Original - DeOthering

2019-07-11

By Jörg Nowak

This article is part of a serial by the DeOthering project research team, monthly published in Alice News.

The European Maritime Safety Agency in Lisbon is mainly responsible for the safe movement of ships and any kind of vessels, and to some extent for the safety on ships and the control of goods on the sea. It was founded in 2002 after a series of shipping disasters. Plans to fuse or at least organise a close cooperation between the European border agency FRONTEX (located in Warsaw, Poland), the European Fisheries Control Agency (EFCA, located in Vigo, Spain) and EMSA to a united European Coast Guard go back to the 2000s. A crucial step for a closer cooperation was the proposal by the European Commission in December 2015 to widen the mandate of EMSA so as to include border surveillance into its ambit of operations ([2015/0313](#)). The final document was approved by the European parliament in September 2016, outlining the cooperation between the three agencies, and the use of drones for the surveillance of the maritime border ([Regulation 2016/1625](#)). Follow-up projects for the integration of the three agencies are [EUCISE2020](#) which aims to integrate the databases of the three EU agencies, and the Coast Guard Handbook.



The expansion of the mandate of EMSA came with a bid that the agency launched already during 2016: 76 million Euro were available for two slots, one larger for smaller drones with a volume of 66 million Euro, and a smaller one for bigger drones covering the rest of the financial volume. The upcoming Portuguese space, tech and defence company Tekever, also based in Lisbon, won the larger bid, while the smaller bid was won by a consortium of Portuguese company UA Vision with the Portuguese Air Force, and by Italian defence company

Leonardo. Tekever has subsequently built a new production facility in Ponte de Sor in the Alentejo region, where the drones are being produced.

The institutional framework for the use of drones is the following: EU member states can approach Frontex to use the drones which will then submit the request to EMSA, and EMSA subsequently starts an operation which can take a maximum of two months. EMSA itself hires the drones from the different suppliers and does not buy them. The data acquired during the drone flights runs through the data center of EMSA and is shared in real time with Frontex. The first of such operations has started on [25 September 2018](#) with ground control in Portugal and a focus on border surveillance. A second operation started in early February with ground control in Spain, using the drones and data center of EMSA. In this second operation multiple purposes were integrated: [pollution monitoring and border surveillance](#). At the same time, as a subproject of the EU Copernicus Satellite program, EMSA runs Copernicus Maritime Surveillance since 2019 which also has a multi-focus on border security, maritime safety, fisheries control and environmental issues.

Thus, various surveillance issues run currently together at EMSA in Lisbon, and the Portuguese public has barely taken notice of this. While some member states of the EU have run their national drone programs for a while, the integration at the European level is a crucial step towards a more integrated security infrastructure with joint databases. At the same time, the current context of a complete halt of search and rescue operations within the EU military mission Sophia since the end of March 2019 leaves this mission with a predominant focus on air surveillance: While training of the so-called Lybian coast

guard was a part of the Sophia mission since the beginning, it now entails the complete outsourcing of search and rescue operations to the Lybian coast guard. Due to the hap-hazard nature of the Lybian state at this point (and the civil war that started shortly after delegating search and rescue to it) this 'institution' more often than not does not respond and is highly dysfunctional. Whilst the installation of the European integrated datasytem EUROSUR in 2015 was legitimated with another shipwreck of hundreds of migrants at sea, surveillance of the border becomes now a predominant concern. While the information gathered could be actually used for search and rescue operations, these are not undertaken for political reasons of a deterrence effect against migrants.

Jörg Nowak has a Ph.D. in Political Sciences from the University of Kassel. He is a Marie Curie Fellow at University of Nottingham, UK.



Conteúdos originais licenciados CC BY-SA 4.0 | conteúdos não identificado como original licenciados de acordo com a fonte.
Contenidos originales licencia CC BY-SA 4.0 | contenidos no identificado como original licenciados según la fuente.
Original contents licesed CC BY-SA 4.0 | contents not identified as original licensed according to the source.

Democracia é saúde

AN Original - Alice Comenta

2019-07-09

Por João Arriscado Nunes

A luta pela saúde e pela dignidade humana, pela inclusão, pela democracia e pela justiça social está hoje na linha da frente do combate ao desmonte neoliberal das políticas públicas e a todas as formas de discriminação e exclusão, contra o assalto à saúde por parte dos grandes grupos económicos que procuram transformar bens públicos em lucrativos setores de atividade económica e de acumulação de capital.



Em Portugal, os episódios mais recentes dessa luta passam pela defesa de uma Lei de Bases da Saúde que garanta a integridade do Serviço Nacional de Saúde, através da reafirmação do seu caráter de serviço público, da sua gestão pública e do seu adequado financiamento, contra as várias modalidades de privatização da sua gestão e da prestação de cuidados, em favor de grandes grupos económicos que encaram a saúde como um negócio.

No Brasil, a mesma luta trava-se em condições particularmente difíceis, num contexto político de desmonte da ordem constitucional, do Estado de Direito e das instituições democráticas. O domínio da saúde está no centro da resistência a esse processo, pautando como prioridade a defesa das conquistas da Reforma Sanitária e da Reforma Psiquiátricas que, ao longo das quatro últimas décadas, têm afirmado a saúde como um direito de todos os cidadãos, a garantir através da ação do Estado, por via de um Sistema Único de Saúde, público e universal, e de políticas públicas que garantam a proteção da saúde, do ambiente e da dignidade dos cidadãos. Ao longo dos últimos meses, essa resistência tem sido canalizada para a mobilização em torno da 16ª Conferência Nacional de Saúde, convocada pelo Conselho nacional de Saúde, e da sua preparação, através de conferências municipais e estaduais. Em estadia recente no Estado da Bahia, pude acompanhar e participar em iniciativas associadas a esse processo.

Sob o lema “Democracia e Saúde”, a 16ª Conferência retoma e amplia os temas que pautaram a histórica 8ª Conferência Nacional, de 1986. A partir de uma intensa participação de profissionais e de movimentos sociais, nesta foi formulada a orientação programática que serviu de base à emenda popular consagrando, na Constituição Federal de 1988, a saúde como “um direito de todos e um dever do estado”. Já conhecida como a “8ª +8”, a nova Conferência procura relançar e ampliar as bandeiras de 1986, num contexto de grave ameaça às conquistas neste campo.

É neste contexto que pode ser apreciado o significado do 4º Fórum de Direitos Humanos e Saúde Mental, que teve lugar em Salvador da Bahia entre 20 e 22 de junho, reunindo cerca de 2000 participantes, entre usuários e ativistas, profissionais, estudantes e pesquisadores.

Ao longo do Fórum, em sessões de debate, mesas e rodas de discussão, tendas dedicadas à diversidade de práticas terapêuticas, à economia solidária, a práticas artísticas e criativas, foram denunciados os retrocessos que ameaçam as conquistas da Reforma Psiquiátrica e, em particular, o processo de substituição da lógica manicomial pelas novas formas de organização das respostas ao sofrimento criadas no quadro da luta antimanicomial e da Reforma Psiquiátrica. Esses retrocessos configuram violações graves dos direitos e da dignidade daqueles e daquelas que sofrem ameaças de internações compulsivas, uso de práticas lesivas da sua integridade e entrega dos serviços de saúde mental a organizações religiosas e interesses privados. Mas para além das denúncias, foi visível a mobilização de usuários e de profissionais, em vibrantes manifestações de criatividade e engajamento na defesa da dignidade humana e no combate a todas as formas de desumanização, de discriminação e de exclusão. Indígenas, quilombolas, populações dos campos, florestas e águas, as mulheres, as crianças, a população LGBTI estiveram no centro dos inúmeros debates e rodas que marcaram o Fórum. Deste sai a afirmação da saúde como duplo campo de enfrentamento entre a conceção neoliberal da saúde como negócio e a

da saúde como bem comum e como direito, mas também como campo de diferenças e de procura de diálogos entre concepções distintas de como lidar com o sofrimento, a doença, o distúrbio, a vulnerabilização e fragilização da vida.

Para além da urgência de defesa da reforma Sanitária, da Reforma Psiquiátrica e das suas conquistas, as mobilizações em curso no Brasil assinalam a importância das experiências colaborativas, solidárias e participativas que procuram reinventar a saúde, o reconhecimento da diversidade de saberes e práticas que permitem responder ao sofrimento humano, a emergência de ecologias de saberes e práticas do cuidado, na sua diversidade e riqueza, indissociáveis do reconhecimento e afirmação da dignidade humana nas diferentes manifestações e versões que constituem o seu pluriverso. Mas elas incitam-nos também a procurar conhecer e aprender com a imensa e inesgotável riqueza das experiências de luta que, em diferentes partes do mundo, afirmam a dignidade contra a opressão e dominação nas suas diferentes formas.



Conteúdos originais licenciados CC BY-SA 4.0 | conteúdos não identificado como original licenciados de acordo com a fonte.

Contenidos originales licencia CC BY-SA 4.0 | contenidos no identificado como original licenciados según la fuente.

Original contents licesed CC BY-SA 4.0 | contents not identified as original licensed according to the source.

O Sistema de Justiça brasileiro “tem como política a blindagem das elites e a criminalização dos pobres” - Entrevista com Luciana Zaffalon

AN Original

2019-06-27

Por Jessica Morris, Luciana Zaffalon Leme Cardoso

Em entrevista a Jessica Carvalho Morris, Luciana Zaffalon, ativista de direitos humanos, formada em direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, mestra e doutora em administração pública e governo pela Fundação Getúlio Vargas, apresenta o projeto Justa que foi lançado em São Paulo no dia 11 de junho de 2019.



O que é o Justa e como surgiu?

O Justa é um projeto de pesquisa que apresenta seus resultados em uma plataforma interativa que busca facilitar o acesso a dados e a compreensão de temas tão complexos quanto fundamentais para nosso desenho democrático.

O projeto unifica, organiza e descomplica grandes bancos de dados do orçamento público, do legislativo e do Sistema de Justiça, buscando entender como as disputas orçamentárias travadas pelas carreiras jurídicas impactam a separação entre os três poderes.

No Brasil, é na esfera estadual que se concentram as políticas de segurança pública e a justiça criminal, âmbitos nos quais a responsabilização do estado por eventuais violações precisa de maior atenção. Esse é o foco da pesquisa, sediada no IBCCRIM (Instituto Brasileiro de Ciências Criminais) e realizada em parceria com a Open Knowledge Brasil, que desenvolveu a tecnologia do projeto.

O Justa é um projeto coletivo que teve como ponto de partida minha tese de doutorado, que demonstra como a demanda das carreiras jurídicas por cada vez mais recursos públicos cria uma dinâmica de negociação orçamentária permanente entre os três poderes que compromete radicalmente a independência judicial.

No Brasil, juízes, promotores de justiça e defensores públicos estão entre as 0,08% pessoas mais ricas do país e as disputas orçamentárias para pagamento dessa riqueza pelos cofres públicos tem impactado de maneira perversa nossa democracia.

Faz parte da estratégia do Justa diversificar e descomplicar a comunicação dos resultados da pesquisa, daí a aposta na interatividade da plataforma digital e no desenvolvimento de produtos como uma animação: http://bit.ly/JUSTA_Video

O Justa indica que toda sua pesquisa é permeada por um olhar atento a questões de gênero e raça. Quais são os primeiros resultados da pesquisa e o que eles revelam com relação a essas duas questões?

Na população brasileira, a proporção entre os dois sexos é praticamente equilibrada (51% mulheres e 49% homens). A proporção de mulheres cresce entre as pessoas com ensino superior: entre as pessoas que concluíram a universidade 56% são mulheres e 44% são homens. No entanto, entre juízes a maioria é do sexo masculino: 60% são homens. A desigualdade é ainda maior na progressão da carreira, quando olhamos para os cargos de desembargadores (magistrados de segunda instância, que atuam no Tribunal e ocupam os cargos de direção do Poder Judiciário): apenas 23% são mulheres e 77% são homens.

Para cada mulher negra no Brasil, há 0,9 homens brancos, mas para cada juíza negra, há 7,4 juízes brancos e para cada desembargadora negra, há 33,5 desembargadores brancos. Na prática, homens brancos têm 37,8 vezes mais chances que mulheres negras de se tornarem desembargadores e assim se converterem em gestores do Poder Judiciário.

A população negra e as mulheres estão sub-representadas na magistratura de todos os estados brasileiros e os resultados nos mostram que os marcadores de raça e gênero limitam determinadamente não apenas o ingresso na carreira, mas também a ascensão às posições de comando do Poder Judiciário.

O Justa faz um levantamento sobre o orçamento do Poder Judiciário e o contrapõe ao orçamento destinado ao sistema prisional, seus egressos e às políticas de segurança pública. Quais são os principais achados e o que eles mostram?

De 2013 a 2018 o Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) consumiu, em média, 5% do orçamento anual do estado. A título de ilustração, o Justa selecionou 10 funções de inegável importância que somadas não alcançaram o valor recebido pelo TJSP em 2018 - o Tribunal sozinho recebeu mais do que a soma dos valores destinados a: assistência social, habitação, saneamento, direitos da cidadania, trabalho, ciência e tecnologia, gestão ambiental, energia, esporte, lazer e comunicações. Quando comparamos os valores destinados a políticas públicas voltadas a egressos do sistema prisional as diferenças são ainda mais brutais. Em 2018 os egressos receberam menos de 1 milhão de reais, enquanto o Tribunal ficou com mais de 12,4 bilhões de reais, sendo que 79% desse valor foi gasto com pagamento de pessoal e respectivos encargos.

O mesmo pode ser dito com relação a tribunais de dois outros estados brasileiros, o Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR) e Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), que no mesmo período consumiram em média, respectivamente, 6% e 4,3% dos orçamentos anuais dos estados, sendo que 70% dos recursos do TJPR e 92% dos do TJCE foram gastos com pagamento de pessoal.

A comparação entre o orçamento destinado ao Tribunal e às políticas voltadas a egressos prisionais no Ceará também nos leva a comparar bilhão com milhão: em 2018, aos egressos foi destinado 1,5 milhão e ao TJCE 1,2 bilhões.

Tanto nas Leis Orçamentárias do Paraná quanto nas prestações de contas do Estado não foi possível localizar sequer um real destinado a políticas voltadas a egressos. Em 2018, o TJPR recebeu mais de R\$ 2,7 bilhões.

A partir da análise desses dados, qual é o impacto que as questões orçamentárias, de gênero e raça do Sistema de Justiça tem na democracia brasileira?

Os resultados da pesquisa ganham ainda mais relevância quando consideramos que o Brasil é o segundo país com maior concentração de renda no 1% mais rico do país e observamos que nossos juízes, promotores e defensores públicos estão exatamente nessa faixa da população.

A negociação orçamentária mantida entre Executivo, Legislativo e Sistema de Justiça é o que garante os padrões remuneratórios observados nas carreiras jurídicas e concluímos que a existência de freios e contrapesos é praticamente ausente diante dessa dinâmica, o que se verifica sobretudo frente à repercussão da conjugação das práticas da política convencional com as demandas corporativas da justiça.

Temos a terceira maior população prisional do mundo e mais de 65 mil homicídios por ano, sendo 75,5% das vítimas negras. A violência de Estado atinge níveis cada vez mais alarmantes e o número de pessoas

mortas pela polícia não deixa de crescer mesmo quando o número geral de homicídios diminui.

A gestão pública deve ser analisada tanto pelo fazer quanto pelo não fazer e a responsabilização do Estado pelas violações evidentemente não se configura como prioridade do tão racista quanto patriarcal sistema de justiça brasileiro, que tem como política a blindagem das elites e a criminalização dos pobres.

Os benefícios garantidos às carreiras jurídicas servem à salvaguarda da sociedade civil íntima, criam blindagens, garantem proteção diante de poderes concorrentes. De outro lado, às classes populares, à sociedade civil incivil, se reservam as periferias, a prisão ou a morte.



Jessica Morris é Doutoranda em Direitos Humanos em Sociedades Contemporâneas (CES). Possui graduação em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte e Juris Doctor pela University of Miami (EUA). Foi Coordenadora dos Programas de Mestrados em Direito Internacional da Faculdade de Direito da University of Miami (EUA) e professora de Direito Constitucional Americano bem como de Direito Internacional dos Direitos Humanos na mesma universidade por oito anos. Também lecionou na Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas o curso Human Rights from a Global South Perspective como professora visitante. Proferiu palestras em universidades no Brasil, Argentina, Panamá, EUA, México, Rússia, Azerbaijão, Turquia, dentre outros. Foi Diretora Executiva da Conectas Direitos Humanos (Brasil), Procuradora do Trabalho (Field Attorney, National Labor Relations Board, EUA) e advogada no escritório internacional Greenberg Traurig (EUA). Além disso, participa ativamente das atividades da Anistia Internacional e integrou o Conselho Deliberativo da Anistia Internacional dos EUA por seis anos, chegando a assumir a posição de vice-presidente. Foi a primeira mulher latina a ocupar essa posição. Atualmente integra o Conselho Consultivo da mesma organização. Sua experiência profissional abrange as seguintes áreas: Direitos Humanos, Direito Internacional, Direito Constitucional, Pedagogia Jurídica Internacional e Prática Transnacional do Direito.



**EPISTEMOLOGIAS
DO SUL**



Centro de Estudos Sociais
Universidade de Coimbra



1290
UNIVERSIDADE DE
COIMBRA



Organização
das Nações Unidas
para a Educação,
a Ciência e a Cultura



Universidade de
Coimbra – Área de Estudos
Inserida na Lista do Património
Mundial em 2013



Conteúdos originais licenciados CC BY-SA 4.0 | conteúdos não identificados como original licenciados de acordo com a fonte.

Contenidos originales licencia CC BY-SA 4.0 | contenidos no identificados como original licenciados según la fuente.

Original contents licensed CC BY-SA 4.0 | contents not identified as original licensed according to the source.

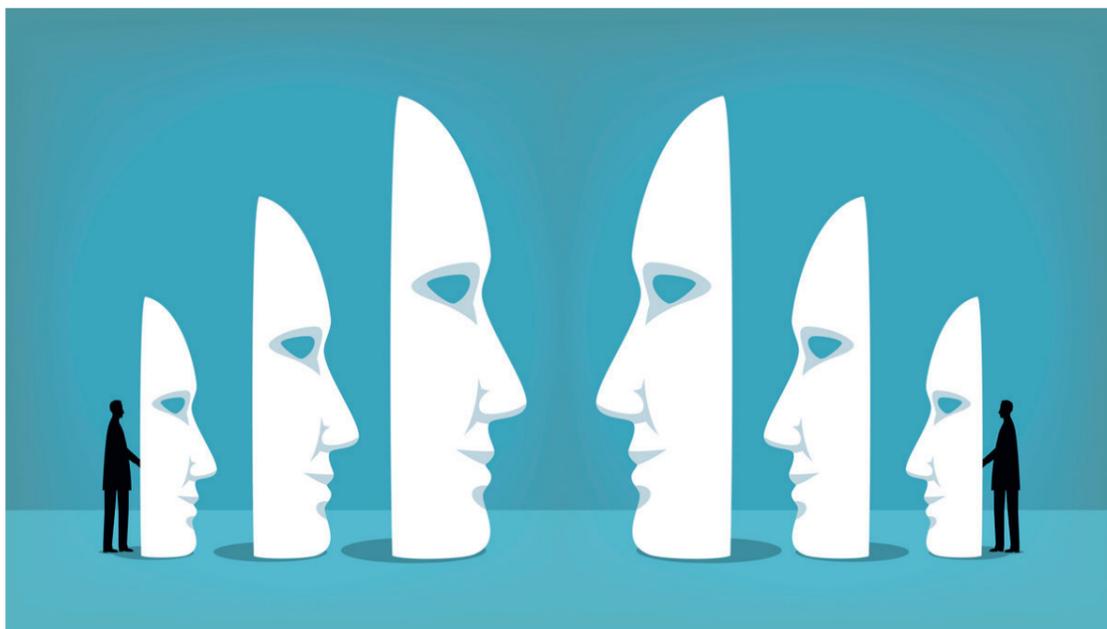
A força da democracia, ou a densidade dos corpos em protesto

AN Original - Alice Comenta

2019-06-25

Por José Manuel Mendes

Num mundo dominado pela obsessão da pós-verdade e pela presença esmagadora das redes sociais virtuais na produção e receção de factos e eventos políticos, muitos autores neoliberais interrogam-se sobre a saúde e a sobrevivência da democracia, tal como a defendem e na sua versão ocidentocêntrica.



Essa visão pessimista, que paradoxalmente pode também ser celebratória e fatalista, acentuou-se com o refluxo dos movimentos sociais que, desde a Primavera Árabe e o movimento dos guarda-chuvas em Hong-Kong em 2014, entre muitos outros em África, no Médio Oriente e na Ásia, indicavam o recrudescimento de dinâmicas democráticas e a possibilidade de formas de governação participadas e assentes nas bases e no poder popular, sem lideranças e reforçando a horizontalidade do poder.

Esse refluxo ficou patente na escolha de "pós-verdade" como a palavra do ano em 2016 pelos dicionários Oxford, culminando em processos políticos como o Brexit e a eleição de Donald Trump como presidente dos Estados Unidos, acentuando-se posteriormente no impeachment ilegal de Dilma Rousseff de presidente do Brasil e na eleição de Jair Bolsonaro, no processo de reforço autoritário na Turquia e nas Filipinas, no genocídio dos Rohingya em Myanmar, sob a presidência da Nobel da Paz Aung San Suu Kyi, e na ascensão ao poder de partidos racistas e xenófobos na União Europeia, entre muitos outros processos análogos pelo mundo.

Contudo, a assunção de práticas democráticas e a luta nas ruas com corpos que correm riscos e decidem juntar-se a milhares de pessoas que não conhecem na consecução de um objetivo comum, numa comunidade imaginada de protesto, e com símbolos e cânticos nem sempre convergentes, deixa sempre traços e memórias inscritos, mobilizáveis em circunstâncias e em contextos específicos, reativando rituais, processos e solidariedades, mesmo aparentemente inconsequentes.

Um dos contextos surpreendentes, e já muito discutido e analisado, foi o das eleições europeias, com uma descida geral da abstenção no espaço europeu, uma maior participação dos e das mais jovens, e a não confirmação do processo de consolidação dos partidos de direita e de extrema-direita. E uma das lições a retirar é a seguinte: o discurso político emancipador e radical não está esgotado, mas sim as metáforas, os temas e os símbolos que o têm veiculado. É necessário um exercício de tradução e de proximidade políticas para apreender as causas que são mobilizadoras e as imagens em que os mesmos se podem cristalizar ou sustentar.

Mais recentemente, longe estavam as autoridades de Hong-Kong de imaginar que uma proposta de lei para a extradição de cidadãos e cidadãs para a China seria acolhida e rejeitada de forma tão veemente por ativistas, movimentos sociais e, muito importante neste contexto concreto, por certos líderes religiosos. A memória, as práticas e os reportórios de protesto de 2014 estão presentes nas mobilizações de 2019, e o jogo complexo, contraditório e conflituante da imaginação democrática, ou seja da possibilidade de um exercício partilhado de poder, de uma igualdade quase inatingível e utópica mas que se instala teimosamente como referente do estar/com e do estar/juntos, emerge e manifesta-se, neste caso sem cedências a potências tutelares.

O último exemplo prende-se com o regime ditatorial em vigor na Turquia. A derrota do partido de Recep Tayyip Erdoğan em Istambul no domingo passado, dia 23 de junho de 2019, numa eleição repetida depois de um processo fraudulento de anulação dos resultados da anterior votação, mostra, também, o efeito e a força das grandes manifestações de Gezi Park em 2013. Um protesto nunca é em vão. A sua possibilidade e sua realização revelam as pequenas fissuras emergentes nos aparelhos de poder e das forças de repressão. Um corpo em protesto é algo que fica moldado e pronto para a resistência, para a ação, sempre entretecido em redes sociais, pois um protesto é sempre algo eminentemente social, embora com capilaridade diferencial.

E é para a capacidade de compreensão destas linhas de solidariedade e para a possibilidade de aprendizagens e traduções transnacionais que nos equipa as Epistemologias do Sul, alicerçadas numa opção radical pela copresença e pela complexidade da artesanaria nas práticas. Destas últimas emergem a possibilidade de alternativas democráticas e a certeza de que os princípios e as lógicas democráticas não se resumem à pobreza da democracia liberal e representativa, e que outras formas e processos de fazer democracia enriquecem e contribuem para a demodiversidade e para a possibilidade de um mundo outro, de emancipação e de igualdade radical.



**EPISTEMOLOGIAS
DO SUL**



ces Centro de Estudos Sociais
Universidade de Coimbra



1290
UNIVERSIDADE DE
COIMBRA



Organização
das Nações Unidas
para a Educação,
a Ciência e a Cultura



Universidade de
Coimbra - Alta e Sôfia
inscrita na Lista do Património
Mundial em 2013



Conteúdos originais licenciados CC BY-SA 4.0 | conteúdos não identificado como original licenciados de acordo com a fonte.

Contenidos originales licencia CC BY-SA 4.0 | contenidos no identificado como original licenciados según la fuente.

Original contents licesed CC BY-SA 4.0 | contents not identified as original licensed according to the source.

Tayybeh. A blessing for the World

Refugee Day

AN Original - Migrating Rights

2019-06-20

By **Sílvia Leiria Viegas**

This text is part of the series “Migrating Rights” aimed at celebrating the 70th Anniversary of the Universal Declaration of Human Rights, all the while honouring the World Refugee Day. These contributions are elaborated under the coordination of the Inter-Thematic group on Migration (ITM) of the Centre for Social Studies of the University of Coimbra.



Foto: Sílvia Leiria Viegas, 2019

Leonard Cohen’s “priestly blessings” for the July 30th, 2009 performance, in Lisbon, declare: “Please take care of yourselves. The weather’s tricky out there, don’t catch a summer cold. If you’ve got to fall, fall on the side of luck. This one’s very difficult: Be Kind. And listen friends, may the coming year find you surrounded by family and friends, but if this is not your luck, may the blessings find you in your solitude.” I missed this concert and it will not be repeated, but Cohen’s inspiring songs and messages will.

As I am here, roughly ten years later, writing this contribution for the 70th celebration of The Universal Declaration of Human Rights (December 10th, 2018/2019), and emphasising the importance of the World Refugee Day (June 20th), I keep thinking of the twofold significance of the Syrian word Tayybeh, as it means kind and delicious. Therefore, my mind cross-checks Cohen’s trouble of empathy with the one referring to the refugees’ conditions in Europe and, in particular, in Portugal: Are we being kind? In spite of the difficulties... Do we care enough for others, or do we leave our responsibilities to chance? My following thoughts are based on a blessing, the word Tayybeh, and they reflect on how a family food project, pleasant to the taste, overcame “tricky weathers”.

When I met Ramia Abdalghani and Alaa Ghunim, nearly a year ago, in Moscavide, in eastern Lisbon, they were kind enough to invite me to their home. It was during Ramadan, they offered me pistachio baklava amongst other delicious delicacies. I was starting my field work for the project *INSEhRE 21, Socio-*

spatial and housing inclusion of refugees in Europe, and they were the first forced migrants I interviewed under this scope. It was an exploratory approach and I was very curious about their perceptions regarding the reception of refugees in Portugal, since the recent government's narratives pointed out, as they still do, to inclusionary policies and practices. In the last decade, I developed an analytical lens on urban policies and actions concerning other contexts, thus I was expecting to deconstruct these political messages from a grass-root point-of-view. In line with the information note of "migrating rights", I was focusing on the subject of migration without rights, particularly on the gains and losses of rights that are considered universal, in principle, as they are amplified, preserved or suppressed depending on the contexts of destination. We did not discuss the(ir) privation of rights in Syria.

As spontaneous refugees in Portugal since 2016, Ramia and Alaa shared their difficulties, namely concerning learning Portuguese, opportunities of employment, accessing housing, cultural tolerance, etc. similarly to many other refugees from Africa and the Middle East in analogous conditions. But – what amazed me the most was, – they had a plan, since they were determined to stay and become part of Lisbon's urban society. The core family was united, children were at school and, despite the "tricky weathers", Ramia and Alaa trusted the possibility of building (a complete form of) citizenship. They had operative solutions, not just for their process of inclusion, but also for reaching out to other Syrians in Portugal, amongst others with refugee status. As co-founder of the association Family of Refugees in Portugal, Alaa hosted various projects-to-be or in stand-by, with different purposes, e.g. Arabic Hands, FOR TV, Refugee Banking, Refugee Job Portal, Portuguese Language at Home, Language Courses, Culture Home, Support Clinic, Volunteer Dentist Clinic, etc. During the interview I was also tasting appetisers for the Family of Refugees' project of inclusion *Tayybeh*.

Tayybeh's catering service was launched in 2017. The main idea was to create (self-)employment opportunities to support Syrian refugee women residing in Portugal, all the while presenting middle-eastern cuisine and culture to the Portuguese society. The project sounded wonderful: inclusion through food. They had already fallen, they could only hope it to be "on the side of luck" (!). A month later, unexpectedly, I enjoyed *Tayybeh's* services during the event Reclaim Europe! – Urban Strategies, while referring to their work at the session about the participation of civil society in the co-construction of a common Europe. In 2018, they were caterers for the 50th celebration of the Right to the City and, at the same time, Alaa Ghunim contributed to the round table 'De-marginalization of Public Space' with his experience regarding the association. Several other events occurred with *Tayybeh's* assistance, as "luck" required a lot of effort to attain. Ramia and Alaa invested personal time, material and financial resources to develop this entrepreneurship so as to assure its cohesion, without any state support or insignificant external funding.

Last February, I went to the opening of the restaurant *Tayybeh* in Moscavide. I found a beautiful and perfectly functional space in a consolidated medium and low-income housing neighbourhood in eastern Lisbon, bordering with the expensive urban area of Parque das Nações. Although the many difficulties, *Tayybeh* is a fine example of emancipation. Ramia is responsible for the kitchen, while working both with Reham and Lama, two Syrian young women that arrived from Greece through the European Relocation Programme. They have been in refugee camps in Lebanon and Turkey as well. Alaa welcomes the customers with the assistance of Vitória and Ingrid, two Brazilian migrants. Business is fine, they say, regardless of being very demanding and tiring. The space reminds of Alaa's grandmother's house in Damascus as they recreated a familiar environment whilst exchanging services with other Portuguese start-ups for the decoration. Take away is a possibility and oriental cooking school is an additional service in preparation. Recent media coverage and social networks dissemination are important for its success, along with the quality of the services. The food, I corroborate, is pleasant-tasting and the environment is welcoming.

No less important is the cultural aspect of the project. They may not be Cohen, but *Tayybeh's* invited musicians for the inauguration and the "Nights of the Middle East" carry guests to different worlds and cultural atmospheres, all the while entertaining a very assorted audience. In those occasions, *Tayybeh* becomes a *quasi* public space of social sharing and inspiration. So much that it has been attracting the presence of several national and international government representatives who wanted to get acquainted. Given these echoes, I underline Portugal's good fortune of receiving these refugees with their insightful knowledge and ideas, without forgetting the suffering – caused by the war, the forced migrations, the endeavours, etc., – at the origin of our "luck". We must assume our responsibilities not leaving them in solitude. Therefore, I say my blessings: Thank you very much, Ramia and Alaa. Thank you for your kindness!

Sílvia Leiria Viegas is an FCT scholarship holder (SFRH/BPD/118022/2016 – FSE/POCH), a postdoctoral researcher with the Centre for Social Studies of the University of Coimbra (CCArq/CES-UC) and a member of the Inter-Thematic group on Migration (CES-UC) and of the Group of Socio-Territorial, Urban and Local Action Studies, of the Lisbon School of Architecture, of the Lisbon University (Gestual/FA-UL).

Memória, Patrimônio, Colonialismo e Anti-Racismo

AN Original - Alice Comenta

2019-06-18

Por Cristiano Gianolla

O título desta breve reflexão é também o tema dum evento tão importante como criativo e atual. Trata-se de uma oficina da Universidade Popular dos Movimentos Sociais (UPMS), uma iniciativa da sociedade civil, que se dispõe a debater um tema de relevo, com esperado impacto positivo no mundo em que vivemos. Neste caso, a oficina terá lugar em Lisboa, para além de ser apenas a segunda ocorrência no país, Portugal é historicamente muito importante para a UPMS. De facto, a plataforma foi desenvolvida com uma grande contribuição do sociólogo Boaventura de Sousa Santos que ajudou a definir os princípios teóricos e a metodologia, incorporando e fortalecendo também as diretrizes de educação popular propostas pelo pedagogo brasileiro Paulo Freire. A UPMS surgiu no contexto internacional do Foro Social Mundial na década de 2000, tendo realizado oficinas em vários países do Mundo, regressando agora a Portugal, depois da oficina em Leiria, em 2013.



O objetivo das oficinas da UPMS é de favorecer o intercâmbio de saberes nascidos na luta contra a opressão social, em prol duma “ecologia de saberes” que permita a construção de uma interculturalidade crítica. É favorecida, assim, uma abordagem interseccional, pondo em diálogo movimentos que lutam contra diferentes formas de opressão; tanto racial (afrodescendentes e ciganas), como de género (feminismos), de orientação sexual (LGBTQ+) e económicas (ecologistas, movimentos operários, comunidades rurais, e movimentos que desenvolvem outros modelos de economia), como também intelectuais que investigam estes assuntos em diversas áreas disciplinares do saber. Nas oficinas da UPMS a diversidade é um valor central considerado criador para a mudança necessária para um mundo mais justo.

Qual a razão de organizar uma oficina da UPMS em Lisboa, no momento histórico que vivemos? É preciso considerar que as oficinas incluem participantes de vários países que permitem expandir o debate além das questões meramente nacionais, a oficina de Lisboa não será exceção. O evento é organizado em proximidade à conferência internacional da Associação de Afro-Europeus/as com o título “Invisibilidades Negras Contestadas” que reunirá também em Lisboa activistas, artistas e pessoas de varios movimentos, organizações e academias europeias e mundiais. Contudo, o foco do debate não pode escapar à grande discussão sobre a história, o valor da memória, o legado colonial e a importância do património, que nos últimos anos se intensificou em Portugal. Tem a ver com a presença negra e cigana que desde séculos faz parte do património artístico e que muito lentamente tem entrado nas iniciativas institucionais, como na polémica sobre justiça social. Não apenas os meios de comunicação social têm vindo a enfrentar o tema com crescente interesse, mas também o meio académico tem focado estes temas através de investigações que procuram conhecer o passado assim como compreender a sociedade e a política atual. Este interesse crescente é devido à forma imprescindível das lutas que os movimentos sociais antirracistas têm vindo a desenvolver. Trata-se de movimentos que lutam contra o racismo institucional (contras pessoas negras ou ciganas) e contra outras formas de discriminação – como aquelas xenofónicas, económicas, de género e sexual – que são estruturantes na sociedade moderna, não só na portuguesa, mas fortemente nesta.

A partir da necessidade de ampliar o conhecimento mútuo entre movimentos sociais, e também entre eles e sectores da academia engajados com estes temas, foi formada uma equipa organizadora, cujos

membros dirigem movimentos sociais ou estudam questões ligadas ao “Memória, Patrimônio, Colonialismo e Anti-Racismo” na academia. Não há uma divisão estrita entre ativistas e pessoas da academia, porque como acontece várias vezes, as mesmas pessoas fazem parte dos dois ambientes. A equipa organizadora inclui a DJASS - Associação de Afrodescendentes, o INMUNE - Instituto da Mulher Negra em Portugal, a IC - Iniciativa Cigana e os projectos de investigação ECHOES - European Colonial Heritage Modalities in Entangled Cities, MEMOIRS - Filhos de Império e Pós-memórias Europeias e COMBAT - O combate ao racismo em Portugal: uma análise de políticas públicas e legislação antidiscriminação; sendo, três dos projectos do Centro de Estudos Sociais, da Universidade de Coimbra. O processo organizativo é marcado pela imprescindível horizontalidade decisional e da sinergia preciosa na construção de programas sociais alternativos.



Normalmente as oficinas UPMS costumam ter a duração de dois ou três dias, com carácter residencial e podem ter uma assistência até 50 pessoas mas a oficina UPMS de Lisboa terá uma assistência expectável de 35 a 40 pessoas e ocorrerá apenas num dia. É sempre privilegiada a dimensão dialógica adequando o número de participantes ao trabalho em grupo, assegurando, assim, o espaço de fala para todas/os. De facto as orientações metodológicas definem claramente que as oficinas “devem potencializar uma troca de saberes alternando períodos de discussão, períodos de estudo e de reflexão e períodos de lazer”. Uma das ideias principais dos métodos usados é o de ultrapassar a centralidade da razão científica para permitir que o conhecimento emancipatório possa emergir, pondo em diálogo a própria razão com outras formas de saber; como o sentido estético e aquele produzido pelas experiências de vida das pessoas que enfrentam opressão, violência, resistindo resilientemente no dia-a-dia. A dimensão de convívio da UPMS não é marginal mas central e permite às pessoas participantes – assim como aos movimentos e organizações que integram – de alcançar uma maior proximidade interpessoal e facilitar a troca de “saberes nascidos na luta”. No meio da heterogeneidade de interesses, de lutas sociais, são procurados, principalmente, os pontos que as unem / os pontos em comum. Assim são pensadas formas criativas de intensificar as lutas colectivamente.

As oficinas da UPMS são, portanto, eventos fechados, não abertos ao público, isto permite que as pessoas participantes possam criar um clima de confiança e de partilha. Na Carta de Princípios lê-se que a UPMS é “uma iniciativa de auto-educação para a dignidade e a emancipação social. Pretende ser um espaço de formação política intercultural que promove o interconhecimento e a auto-educação”. Não se trata, portanto, dum atividade de educação convencional e ainda menos dum evento académico. As pessoas que participam são por larga maioria (dois terços) ativistas de movimentos sociais, de organizações comunitárias ou de organizações non-governamentais. “A UPMS constitui um espaço aberto para o aprofundamento da reflexão, o debate democrático de ideias, a formulação de propostas, a troca livre de experiências e a articulação para ações eficazes, de entidades e movimentos sociais locais, nacionais e globais que se opõem ao domínio do mundo pelo capitalismo, pelo colonialismo, pelo racismo e pelo patriarcado, contra o sofrimento humano causado pelas injustiças, exclusões, discriminações, dominações, opressões que deles decorrem.”



Cristiano Gianolla studied Computer Science, Philosophy (BA), Political Philosophy (MA), Human Rights and Democratisation (E.MA), Sociology and Political Science (PhD) in Italy, Germany and Portugal. His main fields of expertise are democratic theories and their intersections with the metaphorical South, intercultural dialogue, cosmopolitanism and post-colonialism. He worked in the Information and Communication Technology field as well as for Non-Governmental Organisations, International Institutions and in Academia in various countries. Between 2011 and 2017, he has been a junior researcher at the Centre for Social Studies of the University of Coimbra, Portugal and he integrated the ALICE Project (ERC). Since 2017 he is a researcher in the same institution where he currently integrates the ECHOES project (Horizon 2020). He authored two books and a number of scientific articles.



Fascismo no século XXI? Sim senhores

AN Original

2019-06-16

Por Héctor Mondragón

Frente a onda internacional de crescimento e sucessos dos movimentos políticos e sociais de ultradireita, é necessário se questionar se estamos às portas do surgimento de uma serie de regímenes fascistas em diversas partes do mundo.



Otto Bauer diz que o século passado "o fascismo não triunfou no momento em que a burguesia estava ameaçada pela revolução proletária, senão quando a classe trabalhadora havia sido debilitada e reduzida à defensiva", o papel do fascismo não foi suprimir a revolução socialista senão "varrer as conquistas do socialismo reformista". Na Alemanha foram os social-democratas os que liquidaram a Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht e derrotaram aos comunistas, 15 anos antes do triunfo nazista. A república soviética da Hungria foi derrotada pela invasão do exército romeno, enviado pelo governo liberal. Na Itália as ocupações das fábricas e os conselhos de fábrica foram derrotados pelo governo liberal dois anos antes do triunfo dos fascistas.

Mas, qual é a diferença, entre os camisas pretas italianos, os camisas pardas (SA) alemães, os guardas de ferro romenos, os bandeiristas ucranianos, os da cruz flechada húngaros, os falangistas espanhóis ou os ustachis croatas, de uma parte e a ultradireita de este século?

Os protagonistas do fascismo europeu de há 90 anos professavam um odio visceral contra os judeus, que se expressou de forma extrema na Alemanha, Ucrânia, Romania e Croácia e executou o Holocausto. Agora, com a exceção do Svoboda ucraniano, o Jobbik húngaro, o Amanhecer Dourado grego, o Ku Klux Klan e grupos neonazis minoritários, a maioria da ultradireita se declara pro Israel e apoja o extermínio do povo palestino.

O antisemitismo se vê substituído pela islamofobia e em geral pela xenofobia radical, o odio aos refugiados e os racismos particulares, como o expressado contra os mexicanos entre a direita dos Estados Unidos. Porém, em quanto a outros aspetos, apesar de sua diversidade, a ultradireita do século XXI tem a tendência a parecer-se cada vez mais ao fascismo europeu dos 20 e 30. Não é uma casualidade. O fascismo é um fenómeno próprio das fases de crise do estágio imperialista do capitalismo. O imperialismo e o colonialismo não são coisa do passado. A guerra imperialista destruiu neste século a Iraque, Líbia e Síria e destruiu Lémen, como forma de resolver as crises cíclicas do capitalismo; a recolonização do Medio Oriente é um fato.

Para compreender como o fascismo surgiu e surge das necessidades do capitalismo é muito importante ler o discurso de Hitler no club de industriais de Dusseldorf, o dia 27 de janeiro de 1932, com o que convenceu aos empresários de apoiar a "solução" nazista.

Hitler argumentava que a defesa da propriedade privada precisa um equivalente político na ditadura do *Führer*, e assim como a propriedade privada é o resultado da desigualdade económica e direitos individuais diferentes, para sua defesa se necessita a desigualdade política, la jerarquização e uma autoridade férrea. Para Milton Friedman e a escola de Chicago instaurar o neoliberalismo no Chile, não foi suficiente preparar uma elite de economistas chilenos, senão que precisaram de um Pinochet e de "*Patria e Libertad*", para impor as leis do mercado. Hitler explicava que a Inglaterra não conseguiria vender suas mercadorias na Índia, si não fosse porque a obrigou, invadindo-lha. Se os proprietários

desejavam o sucesso de suas empresas privadas, deviam apoiar o nazismo para conquistar mercados e recursos vantajosos com a guerra exterior e destruir o “bolchevismo” que atrapalhava a unidade nacional, el *Volkskörper* necessário para que a nação vencesse. Este discurso, sem os habituais ataques contra os judeus que caracterizavam a Hitler, se centrou no ataque ao “bolchevismo”, não só para evitar seu triunfo, senão para evitar a divisão do povo e a difusão de uma mentalidade contrária aos interesses únicos da nação. Os empresários aplaudiram entusiasmados por vários minutos. O programa hitleriano no benefício das grandes empresas alemãs se cumpriu, incluída uma onda de privatizações, e só foi detido pela derrota do nazismo.

Vilfredo Pareto, economista que os neoliberais consideram um precursor de suas ideias “libertárias”, rabiava contra as greves, inimigas do ótimo económico, e odiava ao movimento operário que tomou fábricas. Pese a que Pareto não era fascista, aclamou o ascenso de Mussolini ao poder; e os fascistas o nomearam senador vitalício. Nos primeiros anos de seu governo, Mussolini literalmente executou a política económica prescrita por Pareto, substituindo amplamente a administração estatal da empresa privada, diminuindo os impostos sobre a propriedade, favorecendo o desenvolvimento industrial, e também impondo uma educação religiosa.

Os grandes capitalistas e os expertos economistas neoliberais prefeririam não ter que ver nada com os fascistas e lhes repugna sua ideologia, mas os aclamam quando a crise chega, quando necessitam aplastar o “bolchevismo” e ir a fazer a guerra contra outros países.

O fascismo hoje, como o de há 90 anos, destruiu as conquistas dos trabalhadores, e os direitos coletivos, “limpa” as universidades e escolas, promove a guerra. Quando a dominação do capital transnacional não se mantém pelas meras leis do mercado, se exerce pela violenta direta, e quando as instituições não são suficientes, recorre à mobilização massiva de uma parte da sociedade civil contra o resto.

O colonialismo se está fortalecendo. O agora chamado “extrativismo” que assola múltiplas regiões do mundo é uma expressão da fortaleza da empresa colonial existente desde há séculos e a chamada “acumulação por espoliação” não é mais que a acumulação primitiva expressada como acumulação colonial originária, em uma região atrás outra. A guerra permite entrelaçar a empresa colonial, com a destruição de capitais competidores, como vimos no Iraque, na Líbia e na Síria, onde após a destruição do capital local, os territórios conquistados serão os novos mercados, zonas de investimento e fontes de terras, minerais, gás e petróleo. Assim como muitos setores progressistas calaram em frente das guerras imperialistas contra Líbia e Síria, agora não entendem que o fascismo não foi um fenómeno exclusivo dos anos 20 e 30 do século XX, senão avança de novo como “saída” à crise capitalista.

Mas, o imperialismo, o colonialismo e a guerra não são de por si o fascismo. O fascismo é um movimento de massas, baseado na classe media e nos desempregados, que se mobiliza de diversas formas, incluídas milícias paramilitares, para destruir los direitos e as organizações autónomas dos trabalhadores e propiciar a guerra, no benefício do grande capital transnacional e dos latifundiários, que na América Latina estão prontos para pôr a funcionar suas bandas armadas, como Átila em *Novecento*.

A diferença de outras formas de autoritarismo, o sucesso do fascismo é garantido pela mobilização massiva da classe media, povo que ataca ao “inimigo” da nação, sejam os judeus, os comunistas, os negros, os refugiados, os homossexuais, os muçulmanos, as feministas ou os mexicanos.

Como dizia o filósofo y militante nazi Martin Heidegger, “*Pode mesmo parecer que não há inimigo de modo algum. A exigência radical é então encontrar o inimigo, pô-lo em evidência ou talvez mesmo criá-lo, a fim de que tenha lugar o fazer face ao inimigo... com o objetivo da exterminação total*”.

II

Segundo coincidiem os teóricos do nazismo, o estado que persegue ao **inimigo** não é só a instituição, uma organização estatal, senão principalmente o “ser do povo” intrinsecamente unido a seu líder (Heidegger), não o aparato mecânico estatal, mas sim o povo organizado pelo movimento nazi dirigido por seu Führer, fonte do direito (Rosenberg); assim, não é o direito o que estabelece a ordem, senão que a ordem é imposta pelo “movimento” que engendra o direito (Schmitt).

Assim, segundo Gramsci, “a sociedade civil pode muito bem manifestar uma carga de violência e opressão não inferior àquela exercida pelo Estado político, aliás bem inescrupulosa, pois suscetível de exercer-se sem obstruções, sem nem sequer ter a preocupação de manter a forma ou a pretensão da imparcialidade.”

A ideia da necessidade de atacar um inimigo era e é construída pela ultradireita com coletâneas de informação falsa para agitar o fantasma do inimigo. O grande teórico das que agora se chamam de fake news, foi o marqueteiro da Siemens e da tabacaleira Reemtsma, Hans Domizlaff, quem desde 1932 aplicou as técnicas da publicidade de mercado à esfera política.

Segundo seu livro *Breviário para reis (prática psicologia de massas)*, “se pode crer nas mentiras mais grossuras ou, em todo caso, elas podem encontrar um campo eficaz de ação se forem empregada com descaro e mantidas com obstinação... as massas humanas não se deixam educar, mas unicamente domesticar dirigir ou anular”.

No século XXI, o papel do inimigo é assinalado na Europa e nos Estados Unidos aos migrantes, especialmente aos refugiados e aos muçulmanos “terroristas”. Na América Latina se segue sinalizando aos “comunistas”, à esquerda política, como era na época de a Doutrina da Segurança Nacional.

Porem, cada vez mais, no Norte e na América latina, os homossexuais são o alvo predileto, a chamada “ideologia de género”, rótulo imposto à pesquisa científica sobre a homossexualidade e também aos direitos dos homossexuais e transgéneros. Isso não é novo. A homofobia foi um dos ganchos que o nazismo usou para ganhar a setores religiosos. Atacou a teoria do “terceiro sexo” de Magnus Hirschfeld e seus livros sobre a homossexualidade e sobre los travestis.

Alvo temporão dos ataques do governo nazista foi o Instituto para a Ciência Sexual, dirigido por Hirschfeld. Seu administrador Kurt Hiller foi enviado a um campo de concentração em março de 1933 e o 6 de maio seguinte o prédio sede foi ocupado e confiscados seus arquivos, fotos e biblioteca para ser queimados na tristemente famosa queima massiva de livros do 10 de maio de 1933. A fogueira mostrava las ligações da “conspiração judaica-bolchevique” com o terceiro sexo. A homofobia cumpria um papel mobilizador e na fogueira e nos campos de concentração, a aniquilação do terceiro sexo legitimava o extermínio dos comunistas, sindicalistas, judeus e ciganos, o extermínio do inimigo. O aparelho do Estado, desde seu domínio nas universidades, até suas câmaras de gás, estava enraizado no “ser do povo” dirigido por seu líder.

A ultradireita do século XXI, especialmente na América latina, redescobriu o papel da homofobia. A luta contra a “ideologia de género” justificou dizer Não à Paz na Colômbia e move milhões de pessoas e de votos desde o Brasil até os Estados Unidos, passando por Costa Rica, e cada país onde parte importante de las iglesias se presta com entusiasmo a estas manipulações do poder. A abusiva manipulação da religião pela ultradireita não se limita à homofobia. Durante mais de 100 anos se tem desenvolvido uma teologia da guerra. Assim como entre a população muçulmana a propagação do wahabismo tem fundamentado a existência de Al Qaeda e do Estado Islâmico, o “dispensacionalismo” de Cyrus Scofield se espalha como uma teologia da guerra, que segura a adesão do fundamentalismo “evangélico” à ultradireita.

O Estado Islâmico afirma lutar nos últimos tempos, preparando-se para a batalha final da história sagrada, na que junto do lado deles combateram Jesus e o Mahdi. O “dispensacionalismo” vê também na guerra do Médio Oriente o antecipo do Armagedom, e considera que o apoio a Estados Unidos e Israel na guerra é parte dos planos divinos. Os fiéis esperam ser arrebatados ao céu, antes de sete anos de grandes desastres, ao final dos quais acontecerá a grande batalha do Armagedom, quando segundo eles Jesus voltará para defender a Israel.

Assim como os nazistas lutavam contra a conspiração do “Protocolo dos sábios de Sião”, a ultradireita latino-americana luta contra a conspiração do Foro de São Paulo, que quer impor o comunismo e o homossexualismo. Mas, o bolchevismo já não é uma conspiração judaica, é a fonte mesma da conspiração, enquanto Israel é o aliado principal, e os palestinos um inimigo.

Mas a ultradireita das Américas é diversa. Seus signos comuns e principais são sempre o anticomunismo e o seguimento fiel dos interesses dos Estados Unidos e das transnacionais. O fundamentalismo religioso aparece sem problemas do lado estrelas da vida dissoluta como Donald Trump o Alexander Frota.

Os suprematistas brancos de Estados Unidos já não estão de acordo entre si sobre o antissemitismo. Mas, o Klan e o neonazismo continuam existindo e atuando. A construção do muro na fronteira com México os une a todos. Mais difícil é a convivência e unidade da ultradireita europeia, dividida. Há ultradireitas anti União Europeia, e europeístas.

Além disso há uma ultradireita antissemita e mais uma islamófoba. No Israel o extermínio dos palestinos é signo distintivo do fascismo. Nos países islâmicos o wahabismo nucleia a ultradireita, enquanto a islamofobia move a extremistas hindus na Índia e até a intolerantes budistas em Mianmar e Tailândia. Todas as ultradireitas negam a categoria ser humano, são xenófobas e racistas, homofóbicas e se declaram inimigas dos direitos humanos, do direito internacional.

Não toda a ultradireita é fascista, pois são levantados diversos Bonapartes: Tanto pelos movimentos eleitorais de ultradireita, como pelos golpes militares, parlamentares ou judiciários. Leis e medidas repressivas endurecem a opressão estatal, mas o fascismo não é a simples repressão do sistema contra seus inimigos. A vitória do fascismo é uma mudança qualitativa.

Para que os regimes fascistas se estabeleçam não basta que haja fascistas, nem sequer basta que o presidente seja um fascista. Os fascistas precisam chegar a ser um movimento de massas que esmague as organizações dos trabalhadores e dos grupos étnicos e mantenha as guerras. O fascismo do século XXI está aí.

Estamos no tempo de resistir com a palavra e a mobilização.



Conteúdos originais licenciados CC BY-SA 4.0 | conteúdos não identificado como original licenciados de acordo com a fonte.
Contenidos originales licencia CC BY-SA 4.0 | contenidos no identificado como original licenciados según la fuente.
Original contents licesed CC BY-SA 4.0 | contents not identified as original licensed according to the source.